



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0002290-14.2001.8.17.1130(0273341-3)
COMARCA : PETROLINA - 1ª VARA CRIMINAL
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADOS : ORLANDO MOREIRA DE ALMEIDA E DIANA ALVES DE CARVALHO
RELATOR : JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA
CONVOCADO :
REVISOR : DES.MARCO ANTONIO CABRAL MAGGI
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS (ARTIGOS 12 C/C 14 E 18, III, DA LEI Nº6.368/76). ABSOLVIÇÃO DA RÉ DIANA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O TIPO PENAL DO ART.16 EM RELAÇÃO AO RÉU ORLANDO. RECURSO MINISTERIAL. CONDENAÇÃO DOS RÉUS NOS TERMOS DA DENÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PEQUENA QUANTIDADE DA DROGA. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I - Diante da pequena quantidade de droga apreendida, 0,472g(quatrocentos e setenta e dois gramas) de cocaína e das declarações de policiais quanto a propriedade dela pelo apelante, crível admitir-se como sendo destinada ao uso próprio.

II- Não restando suficientemente provado, nos autos, a prática do tráfico de entorpecentes, é de ser mantida a desclassificação do fato para o art. 16 da Lei Nº6.368/76 em relação ao réu Orlando e a absolvição da ré Diana, uma vez que nenhuma droga foi encontrada em seu poder.

III-Apelo improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apeação Criminal nº 0002290-14.2001.8.17.1130(0273341-3)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 24 de

de 2013.

Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0002290-14.2001.8.17.1130(0273341-3)
COMARCA : PETROLINA – 1ª VARA CRIMINAL
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADOS : ORLANDO MOREIRA DE ALMEIDA E DIANA ALVES DE CARVALHO
RELATOR : JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA
ÓRGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de Apelação Criminal interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, inconformado com a sentença de fls.92/93, do juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina, que nos autos do processo nº0002290-14.2001.8.17.1130, condenou o réu **ORLANDO MOREIRA DE ALMEIDA**, pela prática do delito previsto no art.16 da Lei nº6.368/76, e absolveu **DIANA ALVES DE CARVALHO** dos crimes imputados na denúncia, quais sejam, os delitos do art.12 c/c 14 e 18, III, da Lei nº6368/76.

Em razões recursais às fls.99/102, o *parquet* alega que existem nos autos indícios suficientes para embasar a condenação dos réus pelos crimes a eles imputados na denúncia(ar.12 c/c 14 e 18, III, da Lei nº6.368/76), pelo que requer a reforma do *decisum* de 1º grau para que os apelados sejam considerados culpados dos crimes a eles atribuídos na exordial.

Em contra-razões às fls.106/107, a defesa dos apelados pugna pela manutenção da sentença de 1º grau, afirmando que esta se encontra em consonância com a prova dos autos.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Procuradora Patrícia Carneiro Tavares, ofertou parecer às fls. 120/126, opinando pelo provimento parcial do recurso ministerial para que os réus sejam condenados nas penas do art.12 c/c o art.18, IV, da Lei nº6.368/76.

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 05 de outubro de 2012.

JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0002290-14.2001.8.17.1130(0273341-3)
COMARCA : PETROLINA – 1º VARA CRIMINAL
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADOS : ORLANDO MOREIRA DE ALMEIDA E DIANA ALVES DE CARVALHO
RELATOR : JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA
CONVOCADO
ÓRGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

VOTO

Conforme relatado, o recorrente insurge-se contra sentença que absolveu a ré **DIANA ALVES DE CARVALHO** da prática dos delitos previstos nos artigos 12 c/c 14 e 18, III, da Lei nº6.368/76¹, ao mesmo tempo em que desclassificou os referidos delitos indicados na denúncia para condenar o réu **ORLANDO MOREIRA DE ALMEIDA** tão-somente pelo delito do art.16 da Lei nº6.368/76.

Alega, em seu recurso que existem nos autos indícios suficientes para embasar a condenação dos réus pelos crimes a eles imputados na denúncia(art.12 c/c 14 e 18, III, da Lei nº6.368/76), pelo que requer a reforma do *decisum* de 1º grau para que os apelados sejam considerados culpados dos crimes a eles atribuídos na exordial.

¹ Lei nº6.368/76

Art. 12. Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

Pena - Reclusão, de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

Art. 14. Associarem-se 2 (duas) ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos Arts. 12 ou 13 desta Lei:

Pena - Reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

Art. 18. As penas dos crimes definidos nesta Lei serão aumentadas de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços):

III – se qualquer deles decorrer de associação ou visar a menores de 21 (vinte e um) anos ou a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou a quem tenha, por qualquer causa, diminuída ou suprimida a capacidade de discernimento ou de autodeterminação: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Entendo que não assiste razão ao apelante.

Senão vejamos.

Narra a peça acusatória, às fls.02/04, que no dia 27/06/2001, por volta das 12h, os réus foram presos em flagrante delito, acusados da prática de tráfico de entorpecentes, tendo como alvo estudantes da Escola Clementino Coelho, situada no bairro Jardim Maravilha, no Município de Petrolina.

Consta dos autos inquisitoriais que os denunciados haviam chegado àquela comarca há pouco tempo, vindos da cidade de Colatina-ES, com o escopo de comercializarem drogas, tendo passado a residir em um quarto de aluguel, onde foram detidos por policiais.

Em poder do acusado Orlando foi encontrado um papelote de cocaína. À autoridade policial, os réus confessaram a veracidade dos fatos, afirmando que adquiriram a droga na cidade de Colatina-ES, sendo que Orlando teria se encarregado de fazer a divisão do produto para fins de comércio.

Em juízo, contudo, os acusados negaram a prática do tráfico de drogas, afirmando terem sofrido agressão por parte dos policiais que os prenderam em flagrante para que confessassem o delito. A acusada Diana afirmou, em juízo(fl.45/46) que a pequena quantidade de cocaína apreendida pertencia a seu marido, Orlando, uma vez que este era viciado naquela droga.

De acordo com o laudo pericial, às fls.56/64, a droga apreendida(cocaína) apresentava massa líquida total de apenas 0,472g(quatrocentos e setenta e dois gramas).

Segundo os depoimentos dos policiais que participaram da prisão em flagrante, nenhuma droga foi encontrada com a ré Diana.

Em juízo, o policial civil Sérgio Olímpio de Souza Barros, às fls.65, afirmou que:

"[...]na abordagem do denunciado foi encontrado um papelote de cocaína; que o denunciado negava a prática do tráfico, porém confessou ser viciado na droga;[...]que a denunciada DIANA, no momento não portava nenhuma droga".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Embora afirme que viu o acusado Orlando jogar "alguma coisa" na bacia sanitária no momento da chegada dos policiais, Sérgio Olímpio de Souza Barros afirma(fl.66) que "não pôde identificar o volume que desceu pela bacia sanitária, tendo apenas pegado um pacotinho que continha doce".

Sendo assim, entendo não estar caracterizada em relação aos acusados a prática das condutas descritas no art.12 c/c 14 e 18, III, da Lei nº6.368/76. Andou bem o magistrado a quo em absolver a ré Diana e condenar o réu Orlando como incurso no art.16 da Lei nº6.368/76(usuário).

Nesse sentido, colaciono os seguintes julgados:

PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. ARTIGO 33, CAPUT, C/C ARTIGO 43, AMBOS DA LEI Nº. 11.343/06. FINALIDADE DE MERCANCIA NÃO EVIDENCIADA. PEQUENA QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. DESCLASSIFICAÇÃO.334311.3431. Diante da pequena quantidade de droga apreendida, aproximadamente 11,41g (onze gramas e quarenta e um centigramas) de cocaína e das declarações de policiais quanto a propriedade dela pelo apelante, crível admitir-se como sendo destinada ao uso próprio.2. Desclassificação delitiva operada, determinando-se a remessa dos autos a Juizados Especiais Criminais desta Comarca. (TJAC, 28628820108010001 AC 0002862-88.2010.8.01.0001, Relator: Arquilau de Castro Melo, Data de Julgamento: 28/04/2011, Câmara Criminal, Data de Publicação: 05/05/2011, undefined)

APELAÇÃO CRIME. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. APREENSÃO DE 01 PEDRA DE CRACK PESANDO 4,65G. USUÁRIO. DESCLASSIFICAÇÃO DO FATO. ART. 28 DA LEI DE ENTORPECENTES. REMESSA DOS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.Considerando a pequena quantidade de droga apreendida - 4,65g de crack -, numa única pedra, própria para consumo, as circunstâncias da prisão em flagrante, e as condições pessoais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

da ré, e, não restando suficientemente provado, nos autos, a prática do tráfico de entorpecentes, é de ser mantida a desclassificação do fato para o art. 28 da Lei n.º...

(TJRS, 70047975669 RS, Relator: Catarina Rita Krieger Martins, Data de Julgamento: 28/06/2012, Terceira Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 16/07/2012, undefined)

Posto isto, nego provimento ao apelo, mantendo inalterada a sentença de 1º grau.

É como voto.

Recife 24 de 09 de 2013

JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA
Relator Convocado



142

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0002290-14.2001.8.17.1130 (0273341-3)

COMARCA: PETROLINA – PE 1ª Vara Criminal

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO

APELADO: ORLANDO MOREIRA DE ALMEIDA e OUTRA

REVISOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO DE REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Cuida-se de recurso de apelação interposto pelo ministério público insatisfeito com a sentença de fls 92/93, proferida pelo juiz da 1ª Vara Criminal da comarca de Petrolina, que absolveu a ré DIANA ALVES DE CARVALHO, e desclassificou o tipo penal previsto no art. 12 para o contido no art. 16, ambos da Lei nº 6368/76, em favor do réu ORLANDO MOREIRA DE ALMEIDA.

Nas razões de apelo o órgão do ministério público diz que o conjunto probatório, em especial a prova subjetiva, demonstra que a droga apreendida em poder do apelado se destinava ao tráfico ilícito e frisou que os fatos descritos na denúncia restou comprovados pelas declarações das testemunhas do rol as fls 65/70. Conclui que há prova suficiente para a condenação dos apelados. Pugna pelo provimento do presente apelo.

Nas contrarrazões, a defesa diz que a irresignação da promotoria não merece prosperar, pois inexiste na sentença qualquer contrariedade à prova dos autos. Pugna pelo não provimento do apelo interposto.

Procuradoria de Justiça diz que o recurso interposto merece prosperar uma vez a autoria e materialidade foram devidamente comprovadas, opinando pelo provimento parcial do apelo para condenar os apelados nas penas do crime pelos quais foram denunciados.

No caso em apreço, verifica-se que a polícia chegou aos apelados depois de investigar denúncia anônima de que estava havendo tráfico de drogas dentro do Colégio Clementino Coelho, em Petrolina. No momento da prisão não foi encontrada droga com a apelante, com o réu apenas uma pequena porção foi apreendida dentro de um saquinho plástico contendo cocaína no seu interior, conforme declarações dos policiais.

Na hipótese, a decisão hostilizada vislumbra-se acertada porquanto inexistente prova suficiente comprobatória da traficância. Pois quando o apelado foi preso em sua residência -, um quarto de aluguel trazia consigo no bolso da bermuda, um saquinho plástico contendo pequena porção de cocaína. Que pela sua natureza e quantidade certamente não se destinava ao comércio ilegal.

As declarações dos apelados na fase de inquérito quanto judicial se afiguram coerentes. Tampouco há evidência de que a droga apreendida com três indivíduos presos no dia anterior à prisão dos apelados fosse de propriedade destes.

Assim, forçoso é reconhecer que não há prova suficiente da traficância (art. 12, Lei nº 6368/76), contudo, restou evidenciado que a pequena porção de cocaína apreendida em poder do apelado destinar-se-ia ao uso (art. 16 Lei nº 6368/76). Não se vislumbra prova segura, robusta e incontroversa da conduta dos apelados capazes de ensejar um provimento condenatório.

Ante o exposto, considerando o mais que dos autos consta, bem ainda o entendimento esposado pelo desembargador relator, meu voto é para negar provimento ao apelo interposto, e manter os demais termos da sentença.

É COMO VOTO